

GLOBALIZAÇÃO: ÚLTIMA ETAPA DO CAPITALISMO?

Muniz Gonçalves Ferreira*

RESUMO: O ponto de partida deste artigo é a confrontação entre as análises de Karl Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo no século XIX e os estudos de Vladimir Lenin sobre o Imperialismo e o capital financeiro no início do século XX. A partir daí, procura-se realizar uma abordagem do fenômeno da globalização, adotando uma perspectiva menos ortodoxa e rígida do ponto de vista da tradição marxista. Em seguida, o artigo procura entender as origens das transformações econômicas em curso nas economias capitalistas no final do século XX. Depois de acentuar as implicações negativas da globalização econômica em relação à busca de autonomia e desenvolvimento pelos países da periferia, são ressaltadas também as possibilidades de socialização das conquistas culturais, científicas e materiais. O texto se encerra com um convite aos críticos da globalização situados no campo da esquerda, em particular aos filiados à tradição marxista, para que não encarem a globalização como uma batalha perdida e sim como um novo campo de luta pela emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, capitalismo, neoliberalismo, reestruturação produtiva e marxismo.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade vem se caracterizando pela introdução de uma nova ordem de relações produzidas na esteira de um fenômeno que tem provocado perplexidade aos analistas de esquerda: a globalização. Este artigo se propõe a dar uma pequena contribuição ao entendimento deste fenômeno, concentrando-se no estudo da dimensão econômica das relações internacionais. Os caminhos de investigação escolhidos privile-

* Professor de História da Universidade Federal da Bahia.

giaram um retorno aos clássicos da tradição marxista. Ao assim fazer, procurarei estabelecer uma interlocução com autores que na esteira das formulações lenineanas acerca do imperialismo propuseram interpretações ao meu ver insuficientes para dar conta dos mais recentes processos de mundialização da economia em curso na virada do século XXI.

Na metade da primeira década do século XX, o revolucionário e teórico russo Vladimir Ilitch Ulianov, também conhecido como Lenin, encontrava-se diante de um dilema formidável. Líder de uma facção minoritária no interior de um partido socialista de reduzidas dimensões e limitada influência social, submetido a um exílio de mais de dez anos pela autocracia czarista que controlava com mão de ferro sua Rússia natal, Lenin, para não ceder ao desespero, havia resolvido empreender a tarefa de estudar e tentar explicar os dois fenômenos históricos que mais atraíam sua atenção naquele momento: a guerra mundial em curso e a crise da Segunda Internacional.

Resultaram desse esforço duas obras significativas de sua trajetória intelectual, que conheceriam mais tarde destinos diametralmente opostos. A primeira delas, se constituiu como produto involuntário de um estudo sistemático da obra de Hegel. Tratava-se dos **Cadernos Filosóficos** ou **Cadernos sobre a Dialética de Hegel**,¹ na verdade, apenas um conjunto de anotações de leitura da obra do filósofo idealista alemão, desenvolvida no intuito de adquirir os elementos teóricos e metodológicos necessários para compreender **dialeticamente** os críticos acontecimentos em curso. Estupefato com o que considerava uma renúncia do Partido Social-Democrata Alemão (fundado por Marx e Engels no século XIX e espinha dorsal da Segunda Internacional) ao internacionalismo proletário e sua alegada adesão ao “social-patriotismo”, e com a ferocidade com que as potências capitalistas resolviam suas divergências nos campos de batalha da Primeira Grande Guerra, Vladimir Ilitch buscava,

¹ Embora reputados pelo marxismo ocidental (Althusser e Luckács, por exemplo) como o mais fértil registro filosófico legado por Lenin, estes escritos foram menosprezados pela tradição “marxista-leninista”. Esta por sua vez, oficializou a problemática (porque determinista e dogmática) obra **Materialismo e Empirio-crítico** como a sua mais genuína expressão filosófica.

no aprofundamento de suas investigações, a saída para o drama que convulsionava a Europa e paralisava a esquerda marxista. Estas anotações filosóficas, mantidas inéditas durante toda sua vida e desconhecidas por longo tempo da grande maioria de seus seguidores, apontavam para uma conclusão fundamental: por não haverem estudado de forma satisfatória a dialética de Hegel, nenhum marxista até então havia compreendido adequadamente a própria obra de Marx. Essa conclusão, repleta de implicações de longo alcance, seria o ponto de partida para a **crítica teórica** que ele empreenderia, daí em diante, ao marxismo evolucionista e determinista, portanto não-dialético, predominante no interior do movimento socialista.

O segundo produto desta empreitada político-intelectual foi a obra, que ele batizaria com o título original de: *Imperializm kak novejsiji etap kapitalizma*, traduzindo literalmente, **O Imperialismo enquanto etapa mais nova (ou mais recente) do capitalismo**.² Apresentada pelo próprio Lenin quando de sua publicação em 1916 como um **ensaio popular**, este livro foi elaborado com a finalidade de convencer e arregimentar toda uma geração de ativistas revolucionários para a tarefa de combater em prol do início do processo de transição revolucionária do capitalismo para o socialismo em escala mundial. Após o triunfo da revolução liderada por seu autor na Rússia, no ano seguinte, o estudo em questão seria apresentado como evidência da genialidade e do espírito de antecipação do chefe bolchevique, sendo mais tarde elevado à condição de ícone do pensamento lenineano. Neste movimento de codificação de uma **doutrina marxista-leninista** desenvolvido pelos discípulos de Ulianov (que envolveria tanto os que triunfariam com Stalin, como os que sucumbiriam com Trotsky), a obra sobre o **Imperialismo** seria **re-significada**. Abstraída de seu contexto histórico, de seus objetivos polêmicos e de sua **genea-**

² Ver a esse respeito o ensaio de FRANCO ANDREUCCI, “A questão colonial e o imperialismo”, em, HOBBSBAWN, Eric (Org.). **História do Marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, v. 4. Quanto à caracterização do imperialismo como a “última”, no sentido de derradeira, etapa do capitalismo, sugerida pelo título de certas edições da obra de Lenin, constitui uma deturpação semântica, porquanto, no idioma russo, tal noção é expressa pela palavra *poslédni*, e não por *novejsiji*, como aparece na edição original da obra.

logia literária³ seria apresentada mais tarde como uma espécie de profecia escatológica sobre a iminente derrocada do capitalismo no mundo e o triunfo da revolução proletária.⁴ No curso deste processo de codificação doutrinária, o sentido original atribuído pelo dirigente bolchevique às suas interpretações sobre os fenômenos mais recentes do desenvolvimento do capitalismo no alvorecer do século XX seria adulterado no próprio título das sucessivas edições conhecidas da referida obra. Dessa forma, a **mais nova ou recente etapa do capitalismo** do título original acabaria se convertendo na **última e terminal** fase do desenvolvimento desse sistema, a partir da qual o mesmo tornar-se-ia decadente, moribundo, **em decomposição**.

A revolução política comandada pelo autor da obra em outubro de 1917 teria sido, para significativos setores do socialismo internacional, a confirmação **cabal** de uma das principais ilações derivadas do ensaio: a de que o mundo haveria ingressado em uma época de revoluções protagonizadas pela classe operária e os povos oprimidos do planeta. Revoluções que feririam irreversivelmente o capitalismo e conduziriam a humanidade pela via do socialismo mundial.

Com efeito, a obra de Lenin possuía um notável mérito enquanto **diagnóstico** de algumas das mais importantes transformações **econômicas** vividas pelo capitalismo naquele momento, a saber: a passagem do sistema da fase **concorrencial** para uma nova etapa **monopolista, o desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial** e o papel de protagonista desempenhado pelo **capital financeiro**. Contudo, o **prognóstico** emanado dali sentenciava a conversão do sistema em um ente **moribundo**, fadado à uma trajetória futura de **declínio e decomposição**. Não percebera Lenin que, justamente no curso do citado processo, o

³ O texto de Lenin foi, com efeito, **um** entre vários textos que, no período, se dedicaram à análise do *imperialismo* e da monopolização do capital. O próprio Lenin, nas páginas da obra em questão, presta tributo a autores como Hobson e Hilferding que o antecederam no estudo do assunto. Sem deixar de criticá-los, o marxista russo utiliza amplamente os resultados das investigações realizadas por aqueles. Porém, a hagiografia marxista-leninista procurou apresentar **O Imperialismo...** como resultado genial e insuperável das solitárias investigações lenineanas.

⁴ Ver Andreucci, 1984, v. 4.

capitalismo ampliava **suas potencialidades criadoras** (embora também aprofundasse dialeticamente suas tendências destrutivas), como ficava demonstrado através do avanço da **Segunda Revolução Industrial**. Além do mais, o declínio **relativo** da primeira potência capitalista, a Inglaterra, abria efetivamente o passo para a ascensão da grande potência norte-americana, a qual, no exercício futuro de sua liderança mundial, seria capaz de **reorganizar e reestabilizar o sistema** no âmbito internacional.

Oito décadas depois, o século, que para Hobsbawm se iniciou com a revolução que Lenin teorizou e dirigiu, mergulha em seu ocaso sem que a previsão fundamental de Vladimir Ilitch tenha se realizado. Muito pelo contrário, o encerramento da experiência de transição ao socialismo, orientada pelas idéias lenineanas, parece renovar as energias do capitalismo mundial, sentenciando as teorias acerca de seu colapso inevitável ao ostracismo, ao anátema.

Mas, para além das limitações da teoria do imperialismo, certas analogias da história mundial de nosso tempo, frente a alguns fenômenos testemunhados por Lenin, podem sugerir nossa contemporaneidade em relação àquele estrategista da política revolucionária. Como o fundador do bolchevismo, contemplamos o crepúsculo de um século, o qual afortunadamente não fenece através das chamas de um conflito bélico internacional, mas sim pelo congelamento *sine die* de uma guerra fria entre os dois grandes contendores globais. A exemplo do que supunha o líder revolucionário russo, talvez seja possível também imaginar o ingresso atual do capitalismo em uma nova fase de seu desenvolvimento. Porém, diferentemente da percepção enunciada pelo fundador do P.O.S.D.R., poucos se atreveriam a identificar nesta fase atual de triunfo sistêmico, revolução tecnológica e reafirmação da supremacia do mercado como instância reguladora da vida social, os sinais visíveis de uma possível decrepitude e morbidez do modo de produção capitalista. Inversamente, a bancarrota dos estados **pós-capitalistas** da Europa centro-oriental e a **perplexidade do pensamento socialista diante desse fenômeno** abrem, no

coração da esquerda edificada sobre a herança teórico-política daquele marxista russo, uma aguda situação de **crise**.

Em tais condições, o traço mais atual do comportamento lenineano parece ser **o método** adotado no enfrentamento dos **impasses** citados. Em primeiro lugar, a proposta de um retorno aos **clássicos**, naquele caso, a releitura da obra de Hegel, ato fundamental para a reposição da **dialética** no cerne da reflexão teórica marxista. Em segundo, o estudo circunstanciado e objetivo da realidade concreta.

Ora, o momento da **globalização** econômica ao repor a necessidade de verificar, no confronto dialético com o real, a pertinência do **método** de análise referenciado na obra de Marx, oferece também a oportunidade de checar *in loco* aquilo que o fundador da tradição marxista a seu tempo teve a dizer sobre os fenômenos relacionados à mundialização do capitalismo e à universalização da ação das potências ocidentais. Rejeitando liminarmente qualquer propensão dogmática à comprovação da **infalibilidade** das formulações marxianas, talvez possamos ao menos nos beneficiar com a confrontação entre as interpretações do fundador da **filosofia da práxis**, e as diferentes leituras desenvolvidas na atualidade, inclusive por aqueles que reclamam filiação às suas idéias, acerca do mais moderno estágio de desenvolvimento da história universal: **a globalização**. Mas, é sobretudo na análise do processo de constituição **histórico-genética** desta nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial onde poderemos verificar a pertinência ou não da reivindicação do legado teórico-político do pensador de Trier.

O ESGOTAMENTO DO CICLO ECONÔMICO DO PÓS-GUERRA E O CHOQUE DO PETRÓLEO. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A CRISE DO WELFARE STATE

Por maior que seja a dissensão entre os estudiosos da história econômica do século XX acerca da caracterização do momento presente do desenvolvimento econômico mundial, existe um certo consenso na consideração de que vivemos em época subsequente ao ciclo de crescimento

econômico internacional inaugurado com a reconstrução do pós-guerra. Esse ciclo, no bojo do qual verificaram-se fenômenos como a consolidação da hegemonia estadunidense no mundo, a divisão do globo em dois sistemas concorrentes (as economias de mercado do ocidente e as economias de comando do bloco soviético), a recuperação econômica européia, a ascensão japonesa e a industrialização retardatária e dependente da América Latina, conheceu seu dobre de finados por ocasião dos dois choques internacionais dos preços do petróleo na década de 70.

Esses choques não foram, por sua vez, senão os golpes de misericórdia em um processo de crescimento iniciado na segunda metade da década de 40. Com a adoção do padrão de conversibilidade dólar-ouro e a reconstrução das economias euro-ocidentais e japonesa apoiadas no aproveitamento dos fatores de **demanda agregada**, na ajuda econômica norte-americana (via planos *Marshall* e *Dodge*) e no investimento direto de capitais de empresas dos EEUU, as economias capitalistas ingressariam na mais longa e dinâmica fase de seu desenvolvimento econômico. Tal ciclo, entretanto, conheceria seu esgotamento em consequência da erosão econômica estadunidense, encarecimento das matérias-primas procedentes das regiões periféricas do planeta (decorrente do avanço das lutas de libertação nacional e estabelecimento de governos **antiocidentais** ou **anti-imperialistas** no chamado Terceiro Mundo) e da redução dos coeficientes de lucro das grandes empresas ocidentais provocada pelo avanço das reivindicações operárias e sociais nos países do Centro.

A necessidade de substituição das matérias-primas e recursos energéticos provenientes da África, Ásia e América Latina, inflacionados devido à afirmação da consciência terceiro mundista e antineocolonial destes países periféricos no âmbito do comércio norte-sul produziu a abertura de um processo de **substituição de insumos** e busca de **fontes energéticas alternativas** por parte dos países centrais. No curso de tal movimento, as matérias-primas orgânicas utilizadas pelas indústrias dos países avançados (petróleo, minérios, produtos agrícolas) foram sendo substituídas por **novos materiais**, elaborados laboratorialmente. O petróleo e o

carvão foram gradativamente deslocados por fontes energéticas alternativas como a energia nuclear e a energia solar. Essas operações demandavam um desenvolvimento intenso da investigação científico-tecnológica e um aproveitamento sem precedentes das inovações técnicas por parte do setor produtivo da economia. Esse seria o cenário no qual seria gestada a chamada **Terceira Revolução Industrial**. Porém, o aumento dos gastos com pesquisa e produção de novas tecnologias (a elevação da parcela relativa ao **capital constante** na composição orgânica do valor das mercadorias produzidas nas novas condições) demandava, como compensação, a diminuição dos custos da força de trabalho (**capital variável**) **no seio do processo produtivo**. Essa necessidade ensejou o desencadeamento de um movimento de **reengenharia da produção**, no qual o **trabalho**, valorizado em função das conquistas obtidas ao longo de centenárias lutas sindicais, seria em parte substituído pela automação e em parte submetido a um processo de reorganização das relações de produção (superação do paradigma *taylorista-fordista*). Com as referidas transformações, configurava-se o processo de **reestruturação produtiva**, o qual, além de moldar as relações de produção segundo os parâmetros da Terceira Revolução Industrial, efetuava uma reversão da dinâmica das relações capital-trabalho em benefício do capital.

Contudo, não só no âmbito restrito da fábrica, os efeitos da reestruturação produtiva se faziam sentir. A recessão internacional dos anos 70 já colocara em cheque a existência do Estado do Bem-Estar Social nos países centrais. Fruto da implementação das receitas keynesianas nas condições da superação do impacto provocado pelo *crash* de 1929, da reconstrução econômica financiada pelos capitais estadunidenses na Europa Ocidental, das conquistas obtidas pelos trabalhadores nas acirradas lutas de classe nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, bem como do espectro da expansão do **socialismo à moda soviética**, sua sustentação conflitava com as novas necessidades colocadas diante do capital no processo de transformação técnico-científica das economias ocidentais. Com a já mencionada depressão que se seguiu à elevação dos preços internacionais do petróleo, houve uma contração da

atividade econômica e o conseqüente aumento do desemprego, onerando os custos de manutenção do Estado do Bem-Estar e complexificando sua sustentação, tendo em vista a redução da capacidade de tributação por parte dos Estados. Ademais, os também citados processos de renovação tecnológica e reestruturação produtiva característicos da **Terceira Revolução Industrial** demandavam uma enorme canalização dos recursos econômicos das empresas. A forma mais adequada de otimizar a utilização dos capitais das companhias em prol da reestruturação era a redução de sua contribuição fiscal ao Estado. Como o financiamento do Welfare State dependia estruturalmente de tais contribuições, as transformações em curso conduziam a uma grave crise a possibilidade de perpetuação de sua performance distributiva. Apontado pelos idealizadores da reestruturação como óbice ao aprofundamento das reformas econômicas requeridas, a crise das políticas de bem-estar social provocaria a erosão do prestígio de seus principais defensores (os partidos social-democratas e outros setores da esquerda européia) e a ascensão do de seus adversários: os políticos e ideólogos *neoliberais*.

AS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS: COBRANÇA DA DÍVIDA EXTERNA, AJUSTE NEOLIBERAL E ESCALADA ARMAMENTISTA

A arrancada das economias capitalistas do ocidente em direção à reestruturação produtiva não atentaria apenas contra os fundamentos do Estado do Bem-Estar. No plano das relações econômicas internacionais, as novas necessidades do capital demandavam para sua satisfação um recrudescimento da exploração econômica dos países da periferia. Era necessário reverter a direção do fluxo de capitais nas relações norte-sul, convertendo as regiões meridionais, tradicionais receptoras de financiamentos e investimentos diretos do centro, em exportadoras líquidas de capitais em direção às áreas setentrionais. As iniciativas voltadas para este objetivo concentraram-se em três pontos:

- 1) Elevação das taxas de juros e fixação de prazos reduzidos para o pagamento das obrigações referentes à dívida externa dos países periféricos junto às instituições financeiras dos países centrais;
- 2) Como decorrência das dificuldades geradas para o cumprimento de tais compromissos por parte das economias do Terceiro Mundo, impunha-se a execução de um programa de **ajuste econômico**, desenhado segundo o figurino do monetarismo neoliberal. A aceitação de tais programas de ajuste por parte destes países periféricos, implicava, por sua vez, na interrupção dos projetos de modernização industrial, perpetuando sua dependência econômica face os países do Centro;
- 3) A abertura das economias periféricas, através da supressão de restrições à importação dos artigos manufaturados nas economias centrais e oferecimento dos setores vitais destas economias ao controle do grande capital internacional via privatizações.

Estas iniciativas subordinavam à **lógica neoliberal** toda a política econômica dos países do Terceiro Mundo que a elas aderiam, independentemente da admissão expressa ou não dos círculos dirigentes destes países, o que fortalecia internacionalmente a influência ambiciosamente disputada por esta ideologia nos âmbitos da política e da economia mundiais.

Porém, o ingresso do capitalismo em sua nova fase não se completaria sem a eliminação definitiva de seu concorrente sistêmico: o chamado **bloco socialista**. Embora este último estivesse longe de representar uma ameaça real de subversão do mundo dominado pelas economias de mercado do ocidente, seu apoio às ações de afirmação da soberania dos países do Terceiro Mundo e a circunstância de manter uma parcela extremamente significativa do planeta à margem do movimento de reprodução acelerada do capital procedente das economias do Centro faziam de sua existência um sério inconveniente. Uma vez que a rivalidade do *sorex* frente às potências do capitalismo ocidental manifestava-se de forma privilegiada na esfera das relações estratégico-militares, seria aí que se travaria a batalha decisiva. Tratar-se-ia de uma batalha sem detonações, já que se consubstanciava sob a forma do acúmulo de **meios de dissuasão**

de um bloco frente ao outro. Acarretava, porém, um dispêndio exagerado de recursos econômicos que terminaria por levar “à lona” a economia soviética, minada por uma crise de produtividade ao longo dos anos 70 e 80 e marginalizada no comércio internacional.

A implosão do bloco concorrente conclui assim, no plano da política mundial, a **reunificação do mundo** sob a égide do sistema de mercado ocidental. Estava aberto o caminho para a *globalização “fin de siècle”*.

GLOBALIZAÇÃO: MITO OU REALIDADE?

Como todas as novidades que surgiram ao longo da história, o advento da globalização também tem sido objeto de acirradas polêmicas. Particularmente no campo das esquerdas, comprometidas com a proposta de compreensão do real e intervenção transformadora sobre o mesmo, o debate acerca do assunto já se constituiu em mais um **pomo da discórdia**. A partir do posicionamento adotado por cada segmento diante daquele fenômeno distribuem-se, reciprocamente, qualificações variadas: **avançados e retrógrados, radicais e capituladores**.

O fato de que a globalização decorra do movimento de reestruturação produtiva empreendido em função dos interesses do grande capital, tenha sido proclamada na seqüência da *débâcle* do **socialismo real** e ser, até o momento, patrocinada e gerida pelos apóstolos do **neoliberalismo** explicam a ênfase com que tem sido estigmatizada enquanto *bête noire* pela grande maioria das esquerdas. Destarte, a maior parte das apreciações do processo tendem a situá-lo no interior de um dos seguintes blocos interpretativos:

1. *A negação pura e simples da efetividade do movimento da globalização enquanto uma nova fase do desenvolvimento da economia mundial.* Tal negação se apóia na tese da antigüidade das formas de produção e reprodução ampliadas do capital, características da globalização, e na denúncia da permanência nesta suposta nova fase dos principais componentes da dinâmica do capitalismo mundial desde o final do século XIX, ou seja, da época do advento do imperialismo: desenvolvimento desigual, ex-

ploração dos países periféricos, conflitos entre as principais potências, etc.⁵ Apontam também a falácia acerca de um mundo integrado pelo mercado mundial ao apontar a enorme concentração do fluxo do comércio entre os países centrais em detrimento da periferia e a exclusão de grande parte da população do planeta dos propalados benefícios da globalização (acesso à informação, aos produtos procedentes de toda parte do mundo, etc.).

2. A interpretação do processo como sendo **estrutural e irreversivelmente** condicionado pelos interesses do grande capital, capaz apenas de produzir efeitos inexoravelmente **negativos para a classe operária e as grandes massas da população do planeta**. Na polêmica e bem fundamentada pena de Robert Kurz, o desenrolar do processo da globalização econômica aparece como a rota que conduz a uma catástrofe econômico-social de proporções inusitadas, capaz de levar a humanidade em direção a uma **nova idade das trevas, que pode durar mil anos!**⁶

Estas duas visões, profundamente pessimistas acerca da globalização, contêm, seguramente, elementos factíveis que devem ser necessariamente resgatados por qualquer um que não queira renunciar à prática da reflexão autônoma e crítica. Mas pode ser que, no afã de desmistificar as impositações apologéticas dos exegetas do grande capital, tais interpretações paguem, mais uma vez, tributo ao reducionismo teórico que tem afetado endemicamente a saúde teórica da esquerda mundial.

Idéia-força dos discursos internacionais da atualidade, o conceito de globalização indica o avanço de processos que, no seu desenrolar superam os limites das sociedades e dos estados nacionais, erigindo os espaços globais como cenários privilegiados dos fenômenos contemporâneos. Evento essencialmente *fin de siècle*, o movimento de globalização

⁵ É o caso das críticas dirigidas por Hirst e Thompson ao “mito da mundialização”. Cf. HIRST, P., THOMPSON, G. **Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance**. Cambridge: Polity Press, 1996.

⁶ Tais posições esquematicamente indicadas aqui encontram-se enunciadas na obra de Kurz **O colapso da modernização**. São Paulo, Paz e Terra, 1992. Ver também seu livro **Os últimos combates**. Petrópolis, Vozes, 1997.

tem, no entanto, suas origens no advento de uma **economia-mundo**, configurada a partir do século XVI como corolário das grandes navegações europeias, do pacto colonial e do comércio triangular.⁷ Agora, como em épocas anteriores, a intensificação do intercâmbio comercial entre os povos enseja também as trocas de idéias, elementos culturais e valores civilizatórios. O mesmo comércio que outrora apontava para a unificação do mundo e encurtava as distâncias entre as populações, hoje acelera vertiginosamente a velocidade dos contatos **intersociais**, padroniza costumes e uniformiza valores. E assim como, desde os primórdios da modernidade, a aventura recente da globalização engendra elementos de civilização e barbárie, progresso e decadência, integração e exclusão, solidariedade e conflito.

No passado o aparecimento do Estado nacional moderno foi contemporâneo do obscurantismo da contra-reforma e da intolerância inquisitorial. A primavera cultural do renascimento europeu foi concomitante ao trágico morticínio dos americanos nativos. Progressos consideráveis da ciência e da técnica ocorreram ao mesmo tempo em que se praticava a inominável escravização das populações africanas. A natureza contraditória e problemática das sociedades edificadas com base no sistema da exploração do homem pelo homem manifestava também ali todo o seu alcance. Contudo, seria inconcebível que, ao examinarmos em perspectiva histórica o nascimento da modernidade, nos recusássemos a reconhecer o enorme passo adiante efetivado naqueles momentos, seja no que concerne ao desenvolvimento das forças materiais e ao crescimento econômico, seja no que se refere à emancipação do pensamento humano e à constituição de uma história mundial.

Em condições análogas, podemos verificar que, nos dias de hoje, o avanço estonteante das inovações tecnológicas torna-se coetâneo do drama representado pelo desemprego estrutural. A evolução sem prece-

⁷ Tais processos foram abordados de forma modelar por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. Cf. BRAUDEL, Fernand. **Civilization and capitalism, 15th-18th century**. University of California, 1979. WALLERSTEIN, Immanuel. The west capitalism and the modern world system. **Review – Revista do Centro Fernando Braudel da Binghampton University**, v. 15, n. 4, 1992.

dentos dos meios de transporte e das telecomunicações parece confirmar as predições acerca da transformação do planeta em **uma aldeia global**, mas não dissimula a realidade da exclusão de 80% da população, residente nas áreas periféricas do mundo, dos benefícios da integração econômica entre os países centrais. Como não reconhecer também na fase atual, a par com as implicações perniciosas geradas pelo avanço do capital em sua busca de condições favoráveis para a reprodução ampliada, a gestação de cenários de avanço material, intercâmbio cultural e possibilidades sem precedentes de universalização das conquistas do gênio humano?

Mas, para além das analogias apontadas com processos similares verificados no passado, o atual movimento de globalização *fin de siècle* contém particularidades que afirmam o seu caráter **original**. **A mais importante delas diz respeito à posição reservada ao Estado nacional frente ao movimento da globalização econômica.** As épocas anteriores de constituição de uma **economia-mundo**, centrada no **mercado planetário**, caracterizaram-se por um fortalecimento sistemático da instituição estatal. Autor da centralização político-administrativa e da uniformização monetária, o Estado despontava, nas primeiras fases de desenvolvimento da economia mundial, como protagonista destacado do processo de acumulação de capitais. Com a consolidação da hegemonia burguesa e o advento da grande indústria capitalista, o capital passava a ter no espaço nacional o *locus* privilegiado de produção de mercadorias, extração de mais-valia e reprodução ampliada. Ora, as transformações econômicas geradas pela reestruturação produtiva criaram uma dinâmica no processo de reprodução ampliada do capital cuja projeção se desloca **para além dos marcos dos estados nacionais.**

Com efeito, a grande novidade da fase atual de edificação do mercado mundial consiste em que, diferentemente dos momentos anteriores, objetiva-se a simultaneidade dos processos de produção e do consumo das mesmas mercadorias produzidas **em toda parte e em lugar nenhum** e absorvidas ao mesmo tempo em todos os lugares. Estes objetivos transcendem tanto à dinâmica das economias estritamente exportadoras do

passado quanto aos modelos de reprodução endógena vigentes nas áreas periféricas do globo em períodos anteriores.

A **globalização econômica** visa, portanto, superar uma dupla ordem de problemas: aqueles relacionados aos processos de **produção e realização** do lucro. Do ponto de vista da produção, trata-se de reduzir drasticamente seus custos, através da busca de **vantagens comparativas** onde quer que elas estejam. Como essas vantagens comparativas podem adquirir múltiplos aspectos (de condições ambientais favoráveis até o baixo custo da força de trabalho) é muito pouco provável que se possa encontrar, nos limites de um mesmo espaço geográfico **nacional**, todos os fatores necessários à produção, em condições **otimizadas**, de uma mesma mercadoria complexa. Resulta daí a necessidade de **mundialização da produção**.

Por outro lado, no que se refere à **realização**, verifica-se a demanda no sentido de intensificar violentamente a dinâmica da acumulação do capital, de modo a fazer frente ao aumento de custos gerados pela mecanização e o investimento na produção de novas tecnologias avançadas. Ocorre que, nas condições de substituição ostensiva do trabalho humano pela automação, opera-se uma assimetria entre o aumento espetacular das capacidades produtivas da indústria e a estagnação, ou mesmo a contração dos mercados consumidores nacionais, como conseqüência da economia de força de trabalho. Em tais condições, nenhum mercado nacional mostra-se satisfatório para a consecução do processo de **realização do lucro** proveniente da produção globalizada, mas sim **todos os mercados nacionais parcialmente**. O impacto dessas novas demandas do capital sobre o desenvolvimento da atividade econômica confere a originalidade do processo atual de globalização econômica, face a todos os processos correlatos observados ao longo da história.

Contudo, ao acentuar as tendências à **transnacionalização** presentes, de resto, desde a gênese do capitalismo, o movimento da globalização **não sentencia a morte dos estados nacionais**, como sugerem certas interpretações apressadas. De fato, ao mesmo tempo em que são edifica-

dos novos ambientes **supranacionais**, como os blocos econômicos, mercados comuns e áreas de livre comércio, ocorre mesmo o **fortalecimento de certos estados nacionais**, nomeadamente o Estado nacional norte-americano, cujo poderio político-estratégico-militar aparece como **fiador institucional** dos processos em curso e **principal responsável pela estabilidade do funcionamento da economia internacional**.

Inversamente, no entanto, a subordinação dos países periféricos à dinâmica da economia capitalista mundial globalizada se faz **em detrimento da soberania nacional destes países**. Neste sentido, as pressões exercidas pelas agências financeiras e os órgãos internacionais de regulação do livre-comércio, oferecem um exemplo inequívoco da alienação das possibilidades de que tais estados possam gerir autonomamente suas economias, aplicando políticas econômicas incompatíveis com as normas dos organismos internacionais. Porém, mesmo esse quadro inicialmente desfavorável às economias dos países do Terceiro Mundo pode ser atenuado e até revertido mediante a associação econômico-política dos países periféricos, seja através da formação de blocos econômicos (do tipo **Mercosul**), seja através da formação de grupos de pressão no interior das organizações econômicas multilaterais, bem como de outros fóruns de decisões mundiais, nomeadamente as instituições pertencentes ao Sistema das Nações Unidas.⁸

Por estas razões, acredito que a globalização é uma realidade concreta, contraditória e geradora de possibilidades positivas, original e historicamente constituída. O enfrentamento dos desafios abertos por esta **nova fase do desenvolvimento do capitalismo** demanda o reconhecimento de tais circunstâncias, propõe o refinamento dos **métodos** de análise do fenômeno (no caso daqueles que se orientam pela referência teórica marxista, o método dialético) e convida ao resgate de formulações que possam

⁸ A clara percepção, por parte dos círculos dirigentes dos países centrais, quanto à possibilidade de um aproveitamento bem-sucedido dos órgãos das Nações Unidas pelos países periféricos os têm estimulado a esvaziar estes órgãos e substituir as decisões mais importantes da economia internacional para as instâncias bilaterais. Além disso, é notória a tentativa por parte de alguns membros do **G-7**, no sentido de fazer deste conclave uma assembléia de deliberações globais, com poderes superiores aos da própria ONU.

inspirar um tratamento criativo desse processo, na perspectiva da defesa dos interesses das grandes massas da população do planeta.

MARX E A GLOBALIZAÇÃO

Marx, a seu tempo, foi um atento observador dos antecedentes dos processos atuais de globalização. Como pensador **dialético** e **materialista** identificou na constituição do mercado mundial e no advento da grande indústria, os marcos fundamentais do ingresso da humanidade na época da **história mundial** (*Weltgeschichte*).⁹ Atribuindo um papel central ao desenvolvimento do sistema de trocas e à grande produção industrial para a consecução deste avanço, ele via no aparecimento de um mercado mundial (*Weltmarkt*) o **principal pressuposto** da já mencionada *Weltgeschichte*. Afirmava ademais, expressamente, que tais sucessos constituíam a grande tarefa histórica realizada pela burguesia.

Foi sob a influência direta das teorizações hegelianas que Marx iniciou a formulação de suas concepções acerca da **história universal**. No pensamento de Hegel, o desenvolvimento de uma *Weltgeschichte* correspondia a um movimento do **Espírito Universal** (*Weltgeist*) no sentido de sua objetivação. Tal movimento poderia ser reconhecido em determinados períodos da história, particularmente quando, sob a hegemonia cultural greco-romana e a supremacia político-militar do império dos césares, constituiu-se a *oikoumène* unificada, marco do advento de uma época histórica **universal** (*catholiké*). Esse desenvolvimento haveria possibilitado, por sua vez, o aparecimento de **indivíduos histórico-universais** (*Weltgeschichtlichen Individuen*), título reservado apenas a grandes personalidades como Alexandre e César, tidos como o corolário humano dessa evolução. As matrizes da interpretação histórica em questão remontam à obra de Políbio, historiador romano do terceiro século, tendo recebido, sob a

⁹ Ver a excelente exposição de Kostas Papaioannou acerca do assunto em seu ensaio “Marx y la política internacional”, publicado no livro: **De Marx y del marxismo**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

pluma de Hegel, as reelaborações adequadas à sua conformação ao sistema fenomenológico do filósofo idealista alemão.

A atitude de Marx diante de tal problemática reproduziria as linhas gerais de seu posicionamento diante do conjunto do legado intelectual de Hegel. Ao mesmo tempo em que acolhia em seu pensamento a reflexão sobre o possível advento de uma *Weltgeschichte*, distanciava-se da solução proposta pelo filósofo idealista ao problema, ou seja, a identificação da essência desse processo com o movimento de objetivação do *Weltgeist*. Em lugar disso, tentaria produzir uma nova resposta teórica, na qual a configuração da história universal deveria encontrar o seu fundamento em uma outra processualidade, a saber: aquela corporificada pelo movimento das forças **materiais**. Na obra que dedicou, conjuntamente com Friedrich Engels, ao ajuste de contas filosófico com o idealismo hegeliano, oferecia-se uma nova base para a compreensão do desenvolvimento da **história universal**.

(...) esta transformação da história em história universal não é sob qualquer aspecto, um simples ato abstrato da parte da autoconsciência do espírito universal ou de qualquer outro espectro metafísico, senão um ato material, empiricamente verificável. Um ato comprovado por cada indivíduo na medida em que este vem e vai, come, bebe e veste a si mesmo (MARX & ENGELS, 1976).

Nesta mesma obra, os dois autores enfatizavam com uma clareza cristalina o papel **unificador** produzido pelo desenvolvimento do mercado mundial e as potencialidades civilizatórias engendradas pelo crescimento da atividade industrial:

Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinhança imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida. (...) Apenas quando o intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas produtivas estará assegurada (MARX & ENGELS, 1976).

Se tais afirmações pudessem ser associadas aos fenômenos em curso nos dias de hoje, poderíamos localizar aí uma defesa incontestada do movimento de **globalização**. A este respeito, chama a atenção o olhar agudamente crítico dos autores com relação às possibilidades de desenvolvimento econômico e cultural de tipo **endógeno** e **autárquico**, diretamente aparentados aos modelos contemporâneos de **capitalismo nacional** ou, quiçá, permitam-me a ilação, de **socialismo num só país**.

Mas, outros componentes essenciais do processo de galvanização do mercado mundial também puderam contar com apreciações favoráveis por parte dos fundadores da tradição marxista. Trata-se do controvertido tema do **livre-comércio**. Embora assinalando sua diferenciação face ao discurso apologético dos liberais de seu tempo, Marx adotou uma posição clara de apoio a este princípio, identificando nele um **progresso frente ao protecionismo**, mormente no que concerne à aceleração das transformações materiais capazes de gerar o arcabouço histórico necessário à superação da própria ordem burguesa. Diferentemente dos intelectuais que, circunscritos ao universo social da burguesia, viam no livre-comércio um fim em si mesmo, Marx como pensador dialético e militante do movimento revolucionário realçava o caráter **dissolvente** do mesmo, em contraposição ao conteúdo **conservador** do protecionismo:

Não imaginem, cavalheiros, que ao criticar a liberdade de comércio cultivamos a mais remota intenção de defender o protecionismo (...). O sistema protecionista nos nossos dias é conservador, enquanto o livre-comércio é destruidor. Ele rompe com as antigas nacionalidades e empurra o antagonismo do proletariado e da burguesia a seus extremos. Em uma palavra, o sistema de livre-comércio acelera a revolução social. É apenas neste sentido revolucionário, cavalheiros, que eu voto a favor do livre-comércio. (MARX, 1966).

Para Marx, portanto, a superação dos particularismos nacionais e o ingresso da humanidade na época da história mundial, a partir da formação do mercado mundial e da grande indústria, constituem não apenas necessidades geradas em uma determinada fase do desenvolvimento capitalista, mas a própria essência do sistema e do *modus vivendi* da classe burguesa, uma vez que:

As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem. (MARX & ENGELS, 1997).

E ao enfatizar a centralidade de tais elementos no interior do mundo gerado pela burguesia, Marx e Engels antecipavam, com surpreendente acuidade, o desenvolvimento de fenômenos que hoje nos são profundamente contemporâneos:

Mediante a exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Com o grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas ou logo o serão. Estão sendo superadas por novas indústrias que processam matérias-primas que já não provém do interior, senão das mais distantes regiões e cujos produtos são consumidos não apenas em seu país de origem, mas em todas as nações do mundo. As antigas necessidades até então satisfeitas pelos produtos nacionais são substituídas por novas necessidades que para sua satisfação reclamam os produtos dos países e dos climas mais afastados. (MARX & ENGELS, 1997, p. 11).

Chega a surpreender a semelhança dos processos aqui descritos com os processos atuais de reestruturação produtiva (substituição das **antigas indústrias nacionais por novas indústrias**) e globalização da produção e do consumo (*matérias-primas que já não provém do interior, senão das mais distantes regiões e cujos produtos são consumidos não apenas em seu país de origem, mas em todas as nações do mundo*). Enfatiza-se mesmo a **mundialização da produção e do consumo** (*as antigas necessidades até então satisfeitas pelos produtos nacionais são substituídas por novas necessidades que para sua satisfação reclamam os produtos dos países e dos climas mais afastados*). O mais curioso é que na época em que tais páginas foram escritas, tais processos estavam longe de adquirir consistência efetiva. Como o próprio Engels assinalaria em 1892, tais caracterizações vistas em perspectiva histórica adquiriam um caráter quase **antediluviano**. E entretanto estas **antecipações** eram anunciadas com indisfarçável entusiasmo, **com o grande pesar dos reacionários**.

Para Marx e Engels, que não eram simples liberais ou **cosmopolitas burgueses**, mas revolucionários comprometidos com a causa da emancipação do proletariado, a **unificação do mundo**, empreendida pela burguesia, era saudada não por constituir um fim em si e sim por amadurecer as pré-condições para o advento da revolução socialista. Como assinala Miklós Molnár:

Neste processo de unificação do mundo, que seria concluído pelo proletariado vitorioso, residia, para Marx e Engels, o fato mais importante da história de seu tempo. Significava o triunfo do progresso sobre a estreiteza da sociedade pré-capitalista com seus particularismos antiquados, seu isolamento nacional, ou mesmo provincial. Era também a base necessária para a existência do proletariado moderno e do comunismo, o qual, cabe lembrar, não poderia triunfar segundo nossos autores em nível local, mas apenas no plano universal. (...) E era precisamente porque estas relações universais já estavam estabelecidas pela burguesia, segundo Marx, que o comunismo não era mais uma utopia, mas uma previsão científica fundada sobre a tendência real do desenvolvimento histórico. (MOLNÁR, 1975, p. 336-337)

CONCLUSÃO: QUEM TEM MEDO DA GLOBALIZAÇÃO?

Diferentemente da atitude adotada pelos demiurgos da tradição marxista no século XIX, a maior parte daqueles que reivindicam seu legado na atualidade tem adotado, perante o fenômeno da globalização, comportamentos que conflitam diametralmente com aqueles assumidos por Marx e Engels ante os processos de unificação dos mercados e internacionalização da economia.

Ao negarem originalidade e efetividade à globalização e ao identificarem apenas a dimensão negativa do fenômeno, a maior parte dos intelectuais e militantes políticos da esquerda marxista acabam se comprometendo com posições que poderiam ser consideradas anacrônicas, românticas e retrógradas por parte dos fundadores da *filosofia da práxis*.

A negação *in totum* do conjunto de valores associados ao processo de globalização como o livre comércio, a internacionalização da produção e do consumo e a intensificação do intercâmbio internacional em diversos níveis situa estes adeptos do pensamento crítico na companhia

dos defensores dos modelos endógenos e autárquicos de desenvolvimento econômico e até dos cultivadores dos particularismos nacionais. É possível que tal reversão de atitudes em relação aos dois grandes teóricos do socialismo moderno tenha se operado sob influência dos prognósticos lenineanos acerca dos horizontes do capitalismo na época do imperialismo.

A principal ruptura teórica verificada no estudo do estrategista russo em relação às visões de Marx e Engels diz respeito à mudança de atitudes quanto às **possibilidades criadoras** do capitalismo. Se para Marx e Engels a mundialização do modo de produção capitalista promovia o progresso material, desenvolvia as forças produtivas e universalizava as conquistas da ciência, sob o olhar lenineano o sistema se convertia em um ente parasitário, moribundo e em estado de decomposição, incapaz, portanto, de acelerar os avanços históricos, tendo se constituído, até mesmo, em seu principal obstáculo. A história mundial do século XX desmentiu cabalmente as previsões lenineanas, não obstante suas apreciações acerca do aprofundamento das contradições do MPC no período de dominação dos monopólios mostrarem-se claramente pertinentes.

Ocorre que os gigantes do pensamento (e Marx, Engels e Lenin pertenceram, a meu ver, à essa categoria de pessoas), mesmo quando equivocados, conseguem legar alguns elementos analiticamente inspiradores. Desta forma, o mesmo Lenin que se equivocou com respeito ao futuro do capitalismo produziu, no entanto, um exemplo de busca do conhecimento da realidade, condicionada pela perspectiva da ação política revolucionária. O empreendimento de tal esforço combina o aperfeiçoamento do domínio do método histórico dialético de compreensão do real *pari passu* com o estudo detalhado e sistemático da realidade concreta. Se no caso de Lenin o estudo do método o conduziu ao reencontro com a obra de Hegel, nos dias de hoje tal passo não pode dispensar o reestudo da obra **do próprio Marx**. Já no que concerne ao exame sistemático dos processos em curso, atualiza-se a demanda por uma apreciação a mais objetiva possível, para além dos preconceitos e da **mistificação ideológica**.

Identificar, por sua vez, possibilidades positivas no processo de globalização não significa abdicar da abordagem crítica do fenômeno nem da denúncia de suas implicações perniciosas (desemprego estrutural, reforço da dependência econômica dos países periféricos frente às potências centrais, concentração da riqueza a nível mundial). Inversamente trata-se de combater as falsificações produzidas pela homilia neoliberal. Tal concepção, verdadeira ideologia do grande capital neste fim de século, se propõe a conduzir o processo de globalização acentuando seus aspectos excludentes e antipopulares em detrimento das forças do mundo do trabalho e da cultura.

Assumir criticamente a globalização e aceitar participar ativamente dela, disputando a condução do processo ao neoliberalismo, significa realizar um ajuste de contas com a reprovação romântica do movimento do capital, o elogio dos modelos de **desenvolvimento econômico autárquico e endógeno** e o apego aos particularismos nacionais. Consiste, ao invés disto, em aproveitar as possibilidades que o projeto engendra do ponto de vista do avanço técnico, da redução das distâncias entre os povos do mundo e da universalização de valores políticos e sociais avançados. Se para Marx, a unificação do mundo iniciada pela burguesia seria concluída pela classe operária, podemos e devemos investir na perspectiva de que a globalização, até aqui hegemônica e conduzida pelo neoliberalismo em benefício exclusivo do grande capital, possa ser conquistada e revertida em benefício dos povos do planeta. É fundamental, sobretudo, compreender que a globalização não deve ser encarada como uma guerra perdida e sim como um novo **ambiente**, no qual serão travadas as batalhas futuras pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREUCCI, Franco

1984 A questão colonial e o imperialismo. In: HOBBSBAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 4.

HIRST, P., THOMPSON, G.

1996 **Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance**. Cambridge: Polity Press.

HOBBSBAWN, Eric J.

- 1997 **Era dos extremos**. São Paulo: Paz e Terra.
- LENIN, V. I.
1980 **Materialism and empiriocriticism**. Moscou: Foreign Languages Press.
- LENIN, V. I.
1982 **Imperialism: the highest stage of capitalism**. Londres: Lawrence and Wishart.
- PAPAIOANNOU, Kostas
1991 Marx y la política internacional. In: PAPAIOANNOU, Kostas. **De Marx y del marxismo**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- MARX, Karl
1966 On the question of free trade. In: MARX, Karl. **Poverty of philosophy**. Moscow: Progress Publishers.
- MARX, K., ENGELS, F.
1976 **The german ideology**. Moscow: Progress Publishers.
- MARX, K., Engels, F.
1997 O manifesto do partido comunista. In: MARX, K., Engels, F. **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- MOLNÁR, Miklós.
1975 **Marx, Engels et la politique internationale**. Paris: Gallimard, p. 336-337.